CONTRATO N° 039/2025

CONTRATO PARA ESTRUTURA DA 1º FESTA DO CANUDINHO DE ABOBORA, QUAL CELEBRAM O MUNICIPIO DE MAJOR VIEIRA E A EMPRESA KOWALSKI PROMOCAO DE EVENTOS EIRELI.

PREÂMBULO - DAS PARTES
CONTRATANTE:

No dia 17/06/2025, de um lado o MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.392/0001-27, com sede na Travessa Otacílio Fernandes de Souza, 210, Centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA, brasileira, residente e domiciliado no município de Major Vieira/SC, portadora do CPF n.º 003.912.059-78 e RG n.º 3.753.928 SSP/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **KOWALSKI PROMOCAO DE EVENTOS EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 34.602.689/0001-46 com sede à AV: PORTO ALEGRE, Nº 427, SALA 708, cidade de CHAPECÓ/SC, neste ato representada por Sr. DOUGLAS MAJEKI DOS SANTOS, brasileiro, sócio administrativo, inscrito no CPF n.º 081.501.429-59, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, pactuam o presente contrato, que se regerá pelo art. 79 da Lei n° 14.133/2021 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:

FUNDAMENTO LEGAL:
O presente contrato tem seu fundamento legal no processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO n° 026/2025, nos termos Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, e demais documentos que integram o processo têm entre si como justo e contratado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1. Tem por objeto este contrato, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE UM RODEIO COUNTRY, COMPREENDENDO TODA INFRAESTRUTURA (ARQUIBANCADAS, CAMAROTES, ARENA, SONORIZAÇÃO PARA RODEIO, LOCUÇÃO, SHOW PIRO MUSICAL E PIROTÉCNICO) TODA INFRAESTRUTURA E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA 1ª FESTA DO CANUDINHO DE ABÓBORA, A SER REALIZADA NOS DIAS 18, 19 E 20 DE JULHO DE 2025 NO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA.**

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT/R$	PREÇO TOTAL/R$
1	ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE UM RODEIO COUNTRY E TODA INFRAESTRUTURA PARA 18, 19 E 20 DE JULHO DE 2025 COM O CUMPRIMENTO DAS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES OBRIGACIONAIS: **ARQUIBANCADAS:** MONTADAS DE FORMA A GARANTIR E COMPORTAR A REALIZAÇÃO DO EVENTO, COM AVANÇADO E SEGURO SISTEMA DE ENCAIXE GARANTINDO A SEGURANÇA DOS ESPECTADORES, COM METRAGEM MÍNIMA DE 60 (	**SERVIÇO**	**01**	**R$ 103.999,90**	**R$ 103.999,90**

	SETENTA) METROS LINEARES DE COMPRIMENTO, DISPOSTAS COM NO MÍNIMO 6 (SEIS) DEGRAUS, INCLUINDO A PASSARELA COM A LARGURA MINIMA DE 1,44M SENDO AS TÁBUAS DO ASSENTO DE NO MÍNIMO 0,80 (OITENTA) CM DE LARGURA, ESPAÇAMENTO ENTRE O ESPELHO DO DEGRAU DE NO MAXIMO 15CM, QUEBRA DEGRAUS DE 15CM DE ALTURA E 1,20 M, DE LARGURA, AS GRADES DE PROTEÇÃO FRONTAL 1,10M DE ALTURA, LATERAIS 1,10M DE ALTURA, E TRASEIRAS 1,80M DE ALTURA. ESCADA DE ACESSO COM NO MINIMO 2,20M DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMINIO/FERRO OU SIMILAR. OBS: LAUDO DE PINTURA DAS ARQUIBANCADAS E TESTE DE CARGA; RESISTENCIA MECÂNICA E FLAMBAGEM. **CAMAROTES:** (40 CAMAROTES, DISPOSTOS EM 02 (DOIS) NÍVEIS (ANDARES), COM METRAGEM MÍNIMA DE 2,20 MT X 2,20 MT, ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA EM TENDA PIRAMIDAL LONA ANTI CHAMA, COM ESCADAS DE 2,20MT, DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMÍNIO / FERRO SIMILAR. MODO A COMPORTAR O NÚMERO MÍNIMO DE DEZ (10) PESSOAS, EM LOCAL QUE POSSIBILITE VISIBILIDADE PRIVILEGIADA DO RODEIO E DAS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS. **ARQUIBANCADAS:** MONTADAS DE FORMA A GARANTIR E COMPORTAR A REALIZAÇÃO DO EVENTO, COM AVANÇADO E SEGURO SISTEMA DE ENCAIXE GARANTINDO A SEGURANÇA DOS ESPECTADORES, COM METRAGEM MÍNIMA DE 60 (SETENTA) METROS LINEARES DE COMPRIMENTO, DISPOSTAS COM NO MÍNIMO 6 (SEIS) DEGRAUS, INCLUINDO A PASSARELA COM A LARGURA MINIMA DE 1,44M SENDO AS TÁBUAS DO ASSENTO DE				

	NO MÍNIMO 0,80 (OITENTA) CM DE LARGURA, ESPAÇAMENTO ENTRE O ESPELHO DO DEGRAU DE NO MAXIMO 15CM, QUEBRA DEGRAUS DE 15CM DE ALTURA E 1,20 M, DE LARGURA, AS GRADES DE PROTEÇÃO FRONTAL 1,10M DE ALTURA, LATERAIS 1,10M DE ALTURA, E TRASEIRAS 1,80M DE ALTURA. ESCADA DE ACESSO COM NO MINIMO 2,20M DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMINIO/FERRO OU SIMILAR. OBS: LAUDO DE PINTURA DAS ARQUIBANCADAS E TESTE DE CARGA; RESISTENCIA MECÂNICA E FLAMBAGEM. **CAMAROTES:** (40 CAMAROTES, DISPOSTOS EM 02 (DOIS) NÍVEIS (ANDARES), COM METRAGEM MÍNIMA DE 2,20 MT X 2,20 MT, ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA EM TENDA PIRAMIDAL LONA ANTI CHAMA, COM ESCADAS DE 2,20MT, DE LARGURA ANTI DERRAPANTES EM ALUMÍNIO / FERRO SIMILAR. MODO A COMPORTAR O NÚMERO MÍNIMO DE DEZ (10) PESSOAS, EM LOCAL QUE POSSIBILITE VISIBILIDADE PRIVILEGIADA DO RODEIO E DAS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS. **SONORIZAÇÃO** PARA O RODEIO SENDO NO MÍNIMO; 2. P.A SENDO TOTAL DE DOZE LINE E DOZE GRAVE, ILUMINAÇÃO BRANCA 10 MÁX. BRUT. 6.000 WATTS CADA NA TRELIÇA, ILUMINAÇÃO COLORIDA 1 STROBOODE DE 3.000 WATTS, 8 BIM ,1 CANHÃO SEGUIDOR DE 1.600 WATTS, 02 (DOIS) LASER VERDE E 2 PAINÉIS DE LED, P10 COM 06 M² (SEIS METROS QUADRADOS) 08 POSTES EM ESTRUTURA METÁLICA COM 5 METROS DE ALTURA CADA PARA A DECORAÇÃO DA ARENA. **SISTEMA DE SOM - PA:** 12 LINE ARY 12" 2X DRIVE 750W RMS 8 SUB 2X18" 2400W RMS 1 AMPLIFICADOR 2.500 RMS 1 AMPLIFICADOR 10.000 RMS				

	2 AMPLIFICADORES 15.000 RMS BACKLINE: 4 MONITORES ATIVOS 12” 4 TORRES SLEEN COM SUB 18” + CAIXA 4X6” E DRIVE SISTEMA ATIVOCORPO DE BATERIA CUBO DE GUITARRA 2X12”CUBO DE BAIXO 4X10” 12 MICROFONES COM FIO 02 MICROFONES SEM FIO 12 PEDESTAIS 2 MAN POWER 1 MULTICABO DE ÁUDIO 32 VIAS 2 MESAS DE SOM DIGITAL 32 CANAIS – MIDAS1 PROCESSADOR DE ÁUDIO 1 NOTEBOOK **SISTEMA DE CABEAMENTO COMPLETO** SISTEMA DE ILUMINAÇÃO: 16 MOVING BEAN 9R 16 MOVING AURA 16 PAR LED RGBWA 4 LED COB 4 MINI BRUT 12 STROBOS SISTEMA PAINEL DE LED 4X3M P4: 18 PLACAS DE PAINEL DE LED P4 INDOOR1 PROCESSADOR 4K 1 NOTBOOK 1 MULTICABO DE REDE 80M E 8 VIAS **REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RODEIO COM NO MÍNIMO; 30 PEÕES;** PREMIAÇÃO DO RODEIO DE R$ 10.000,00 (SETE MIL REAIS), 01 (UM) ASSESSOR DE ARENA, 02 (DOIS) PORTEIROS, 02 (DOIS) SALVA VIDAS, 01 (UM) LOCUTOR DE VOZ PADRÃO; 01 (UM) JUIZ DE RODEIO DEVIDAMENTE FILIADO A CNAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE RODEIO), 01 COMENTARISTA 01 (UMA) EQUIPE DE PRODUÇÃO DE ARENA A EMPRESA ORGANIZADORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR NO MÍNIMO 01 LOCUTOR DE PISTA,				

	COM EXPERIÊNCIA EM RODEIOS REALIZAÇÃO DE 2 (DOIS) SHOW PIRO MUSICAL DE NO MÍNIMO 04 (QUATRO) MINUTOS NA NOITE DE ABERTURA OU NOITE DE ENCERRAMENTO DO EVENTO. APRESENTAÇÃO DE 01 (UM) PROFISSIONAL TÉCNICO BLASTER RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DOS PIRO MUSICAIS. TER REALIZADO DUAS ETAPAS NACIONAL DE UM CAMPEONATO MODALIDADE RODEIO COUNTRY PBR/LNR/COPA BRASIL DE RODEIOS NOS ÚLTIMOS SEIS MESES ATRAVÉS DE DECLARAÇÃO ASSINADO PELO O RESPONSÁVEL. REALIZAR UMA ETAPA DE UM DOS TRÊS NOMES NO EVENTO. SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PEÕES E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA ARENA DE RODEIO CONFORME DETERMINAÇÃO LEGAL. 02 (UM) GERADORES DE ENERGIA 250 KWA . 1 PALCO 10X12 COM ALTURA DE 2.20 PARA CIMA DOS BRETES 2 CAMARINS 3X3 COBERTO COM CHAPÉU DE BRUXA E DECK 20 BANHEIROS QUÍMICOS 18 SEGURANÇAS 4 TENDAS CHAPÉU DE BRUXA 10X10 2 TENDAS CHAPÉU DE BRUXA 5X5 2 BRIGADISTAS A CONTRATADA TERÁ DIREITO A 100% DA EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, VENDAS DE CAMAROTES E PATROCÍNIOS. HÁ ENTRADA E GRATUITA TODOS OS DIAS PISTA E ARQUIBANCADAS EXCETO ÁREAS NOBRES COMO CAMAROTES E VIPS QUE SERÃO COMERCIALIZADOS. **EXIGÊNCIAS RIDER TÉCNICO ARTISTA CONTRATADO CESAR PARANÀ** **DOS EQUIPAMENTOS A SEREM**				

	DISPONIBILIZADOS PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E PAINÉIS DE LED 4.3.1 24 (VINTE E QUATRO PLACAS) PLACAS DE LED P5MM OUTDOOR (02 TELÕES DE 3,00 X 4,00); 4.3.2 04 (QUATRO) AMPLIFICADORES ICE 16K TAIGAR; 4.3.3 02 (DOIS) AMPLIFICADORES ICE 12K TAIGAR; 4.3.4 02 (DOIS) AMPLIFICADORES ICE 3K TAIGAR; 4.3.5 16 (DEZESSEIS) SUBGRAVES TAIGAR S218 2400W; 4.3.6 22 (VINTE E DOIS) MÉDIOS EUROSOUND 210A; 4.3.7 130 (CENTO E TRINTA) METROS DE GROUNDS Q30 ALUMÍNIO (ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO E TELÕES); 4.3.8 04 (QUATRO) SLEEVS DE 04 FACES ALUMÍNIO; 4.3.9 04 (QUATRO) SAPATAS 80 X 80 DE ALUMÍNIO; 4.3.10 04 (QUATRO) PAUS DE CARGA DE ALUMÍNIO; 4.3.11 ESTRUTURA COMPLETA PARA FLY (PENDURAR AS CAIXAS DE MÉDIO A 9 (NOVE)METROS DE ALTURA); 4.3.12 03 (TRÊS) FILMADORAS SONY NX5 FULL HD 1080; 4.3.13 14 (QUATORZE) REFLETORES DE LED 1500W CADA; 4.3.14 10 (DEZ) MOVING BEAM 280W 9R COM BORDA DE LED; 4.3.15 10 (DEZ) CANHÕES LED RGB; 4.3.16 01 (UM) CANHÃO SEGUIDOR 5R; 4.3.17 MAIN POWER 300AMPERES PARA ILUMINAÇÃO E LED; 4.3.18 MAIN POWER 150AMPERES PARA O SOM E ESTÚDIO; 4.3.19 01 (UM) COMPUTADOR PARA CORTES DE VÍDEO E LIVE EM 03 CANAIS SIMULTÂNEOS, COM PLACA DE VÍDEO RTX 3080 E PLACAS DE CAPTURA BLACK MAGIC DECK LINK DUO 2,32GB DE MEMÓRIA RAM; 4.3.20 01 (UM) NOTEBOOK PARA RODEIO ELETRÔNICO E CENAS DA ILUMINAÇÃO; 4.3.21 01 (UMA) MESA DE SOM DIGITAL COMPUTADORIZADA; 4.3.22 CABEAMENTO COMPLETO PARA TODOS OS SISTEMAS DE SOM, LUZ E TELÕES. **SHOW PIROMUSICAL E**				

	PIROTÉCNICO DESCRIÇÃO EFEITO TORTA 36 TUBOS 20 MM EFEITO VERTICAL CRACKER EXPLOSÃO DRAGO EGGS TORTA 25 TUBOS 25 MM EFEITO VERTICAL COM BOMBAS COLORIDAS E EFEITOS DIVERSOS TORTA 48 TUBOS 25 MM EFEITO VERTICAL COM BOMBAS COLORIDAS E EFEITOS DIVERSOS TORTA 100 TUBOS 25 MM EFEITO VERTICAL COM BOMBAS COLORIDAS E EFEITOS DIVERSOS TORTA 25 TUBOS 16 MM EFEITO VERTICAL CRISÂNTEMO VERDE/VERMELHO. TEMPO APROX. 30 SEGUNDOS TORTA 36 TUBOS 1.75MM EFEITO VERTICAL DE BOMBAS DE CORES DIVERSAS. TEMPO APROX. 01 MIN E 50 SEGUNDOS, 21 TORTA 36 TUBOS 20 MM EFEITO VERTICAL CRACKER EXPLOSÃO DRAGO EGGS. TEMPO APROX. 43 SEGUNDOS TORTA 64 TUBOS 1.75MM EFEITO VERTICAL DE BOMBAS DE CORES DIVERSAS. TEMPO APROX. 03 MIN. COM VARA 22 MM CORES E EFEITOS DIVERSOS COM VARA 38 MM CORES E EFEITOS DIVERSOS 4.4.1 DEVERÃO SER REALIZADOS EFEITOS ESPECIAIS DE ABERTURA DO RODEIO TODAS AS NOITES; 4.4.2 CRUZAMENTO AO REDOR DA ARENA, DIRECIONAMENTO DO CERIMONIAL DE ABERTURA PARA CADA UM DOS DIAS DE RODEIO, COM 2 (DOIS) SHOWS PIROTÉCNICOS E 2 (DOIS) SHOWS PIRO MUSICAIS, ATENDENDO, NO MÍNIMO, O RIDER A SEGUIR: -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR PRATA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR DOURADA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR TREMULANTE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR ROXO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR AZUL. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERMELHO. -20				

	UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR AMARELO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERDE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR KAMURRO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERDE COM CENTRO AMARELO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS STROBE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER FLASH. -30 UNID. SEQUENCIAS E EFEITOS Z RED STARS CRACKER FLOWER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM STROBE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM RED PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM SILVER PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "C" CALDA PRATA COM GREEN CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "C" CALDA PRATA COM RED CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM CRACKER -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM DRAGON EGGS. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BROCADE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTECOM BLUE E PURPLE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E WHITE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E				

	BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BROCADE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BLUE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO CRACKER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO PURPLE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO FLASH. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE GOLDEN. 4.4.3 ENCERRAMENTO DO SHOW DIÁRIO COM VÁRIAS DETONAÇÕES SIMULTÂNEAS, FORMANDO UMA IMENSA FIGURA FLORAL NO CÉU, NOS DIAS 12, 13, 14 E 15 DE OUTUBRO DE 2023. ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ 22 -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR PRATA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR DOURADA. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR TREMULANTE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR ROXO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR AZUL. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERMELHO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR AMARELO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERDE. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR KAMURRO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: EXPLOSÃO DE COR VERDE COM CENTRO AMARELO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: ANEL VERMELHO. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: ANEL VERMELHO COM CENTRO AZUL. -20 UNID. MORTEIROS DE 2" EFEITO: ANEL				

	VERMELHO COM CENTRO VERDE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS BROCADE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS STROBE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITOS Z RED STARS SILVER FLASH. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM SILVER PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "X" COMETA VERDE COM GOLDEN PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "C" CALDA PRATA COM SILVER CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE CRISANTEMO. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BLUE PEONY. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM CRACKER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM DRAGON EGGS. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "V" COMETA TREMULANTE COM BROCADE CROW. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E PURPLE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E WHITE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "W" COMETA TREMULANTE COM BLUE E BROCADE DALIA. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BROCADE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO BLUE. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN STAR TO SILVER. -30 UNID. SEQUENCIAS EFEITO "S" GREEN				

	STAR TO CRACKER. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE VERMELHO. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE ROXO. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE VERDE. -35 UNID. DE COMETA TREMULANTE GOLDEN. -32 UNID. PONTOS VASOS EM SEQUENCIAL -16 UNID. PONTOS DE CRACKER EM CRUZAMENTO NA ARENA - 01 UNID. BATERIA DE CORES COM 25 BOMBAS DE 1,2" MULTICORES NA ENTRADA DO LOCUTOR. HOTEL 3 QUARTOS INDIVIDUAIS COM AR E FRIGOBAR, ALIMENTAÇÃO PARA AS TRÊS NOITES DE APRESENTAÇÃO PARA O ARTISTA DE OS DOIS ACOMPANHANTES.				

VALOR TOTAL: R$ 103.999,90 (CENTO E TRÊS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

2. DA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. É de responsabilidade do (s) CONTRATADO (s) a montagem das estruturas, entrega dos materiais e a realização dos serviços que serão efetuadas nos locais indicados pela (s) Secretaria (s) solicitante (s);
2.2. É de responsabilidade do (s) CONTRATADO (s) a entrega, montagem, manutenção dos materiais, equipamentos e estruturas, bem como a realização dos serviços que serão efetuadas nos locais indicados pela (s) Secretaria (s) solicitante (s).
2.3. O (s) CONTRATADO (s) deverão instalar as estruturas previstas para a Festa Nacional do Canudinho de Abobora, de acordo com a solicitação da (s) Secretaria (s) requisitante, conforme descrito neste Termo de Referência, ou no tempo em que o gestor do contrato determinar, e desmontar toda estrutura contratada, apenas após o final do evento, devendo garantir o pleno funcionamento de todas as estruturas durante o período solicitado;
2.4. Os fornecedor (es) (CONTRATADOS) deverá instalar os banheiros químicos, conforme descrito neste Termo de Referência, sendo 12 (doze) horas após a solicitação da Contratante, ou no tempo em que o Gestor da Ata de Registro de Preços determinar;
2.5. O (s) CONTRATADO (S) deverão instalar as estruturas e os banheiros químicos conforme descrito abaixo:
a) Todas as estruturas, materiais e equipamentos deverão ser entregues completamente limpas e em perfeito estado de conservação e funcionamento;
b) Apresentação de todos os laudos técnicos determinados pela Legislação vigente;
c) O local de instalação das estruturas será conforme determinado pelo solicitante;
d) Todas os banheiros deverão ser entregues completamente limpos e abastecidos de Produtos Químicos compatíveis;
e) Contendo materiais para uso e manutenção, como papel higiênico, odorizadores, desinfetantes;
f) Deverá realizar a sucção e higienização de todos os banheiros químicos sempre diariamente, ou alternativamente como solicitado pela CONTRATANTE; g) O local de instalação dos banheiros químicos será conforme determinado pela CONTRATANTE.
2.6. É de responsabilidade do (s) CONTRATADO (s) providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto do contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com os

seus, como: transportes, deslocamentos, materiais, alimentação, equipamentos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.
2.7. As Ordens de fornecimento/serviço serão encaminhadas pelo departamento de compras e licitação com a antecedência a da data de realização do evento;
2.8. Eventualmente, os serviços poderão ser solicitados com prazo ajustado entre as partes e caso em que serão negociados entre a Secretaria (s) solicitante (s) e o (s) CONTRATADO (S) nas condições dessa prestação de serviços.
2.9. Multa Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da (s) CONTRATADA (S) injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação ou declaração falsa. Falhar ou fraudar na execução do Contrato; ou cometer fraude fiscal, bem como nos demais casos de descumprimento da obrigação contratual, quando a Administração, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
2.10. Eventualmente, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e o (s) CONTRATADO (s), poderão haver modificação dos itens componentes dos arranjos aprovados antecipadamente, desde que mantida a equivalência no que se refere à quantidade, qualidade e preço proposto para cada tipo de serviço;
a) Diligenciar para que as estruturas necessárias ao fiel cumprimento dos serviços solicitados, estejam instalados nos dia e horário que consta.
b) Orientar, coordenar, acompanhar, dar ordens ao contingente alocado, resolver quaisquer imprevistos, inclusive a correção de situações adversas, para o perfeito desenvolvimento das atividades, devendo o representante da empresa estar munido de telefone celular;
c**)** O (s) CONTRATADO (s) serão responsáveis pelo recolhimento de material após o evento, ressarcindo os eventuais prejuízos causados ao solicitante.
2.11. Nos casos de disponibilização de equipamentos e/ou outros materiais pela CONTRATANTE, CONTRATADO (s) serão a responsáveis pela integridade dos equipamentos e/ou materiais que estiverem sob os seus cuidados, ressarcindo a CONTRATANTE, quaisquer despesas decorrentes de sua má utilização.
2.12. A Prefeitura, por meio do seu representante, poderá solicitar reunião prévia, antes da realização do evento ou ocasião a ser instaladas as estruturas, com a equipe do (s) CONTRATADO (s) que participará do evento, para dar as orientações que se fizerem necessárias.
2.13. Quando da interação entre as duas partes, o (s) fornecedor (e,s) dos serviços e/ou materiais para o evento, havendo a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, deverá o CONTRATADO comunicar ao servidor desta Prefeitura responsável por este evento, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada.
2.14. A CONTRATANTE poderá cancelar as Ordens de fornecimento/serviço, mediante comunicação ao (s) CONTRATADO (s), não cabendo qualquer ônus a mesma caso o cancelamento seja efetuado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a realização do evento.
2.15. A CONTRATADA fica responsável pelo transporte, carga, descarga, montagem, manutenção, desmontagem, mão-de-obra, hospedagem e alimentação se necessário.

3. DO LOCAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

3.1. As estruturas, materiais e equipamentos serão instaladas no local e na data que for indicado pelo (s) solicitante (s).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

1. O preço total para o fornecimento dos itens relacionados no presente contrato é de **R$ 103.999,90 (CENTO E TRÊS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).**
2. O pagamento será efetuado mensalmente após o serviço efetivamente realizado, mediante crédito bancário e na forma estabelecida na Lei Federal 14.133/2021.
3. O pagamento poderá ser sustado pela Prefeitura de Major Vieira quando os bens e serviços não estiverem de acordo com as especificações deste projeto básico ou quando rejeitados pelo fiscal e gestor do Contrato, ou ainda por inadimplemento de qualquer cláusula do contrato que se originar deste projeto básico.

4. A rejeição dos serviços suspende a obrigação de pagamento pela Prefeitura de Major Vieira enquanto não sanadas pela CONTRATADA as irregularidades apontadas.
5. A Prefeitura de Major Vieira reserva-se no direito de recusar, no todo ou em parte, os serviços rejeitados pelo fiscal do Contrato, obrigando-se a CONTRATADA a promover sua adequação imediata.
6. Os valores eventualmente pagos com atraso por culpa da CONTRATANTE serão atualizados segundo determina o art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.
7. Juntamente com a nota fiscal/fatura deverá ser enviado relatório detalhado com a utilização de cada cartão para conferência.
8. A fatura deverá ser enviada ao CONTRATANTE com pelo menos 7 dias úteis de antecedência da data de vencimento para que seja procedida a conferência necessária e seja providenciado o pagamento.
9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
11. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.
12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
16.1. Será interrompido o serviço em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
17.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
17.2. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
18. As empresas contratadas deverão emitir as notas fiscais, faturas ou recibos com observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, em especial às disposições que se referem às retenções na fonte de IR, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos contratantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

1. O contrato terá **VIGÊNCIA** até **31/12/2025** contados a partir da assinatura deste instrumento, na forma do artigo art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período, caso seja de interesse da Administração.

2 - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS:

1. **A empresa ora contratada, deverá disponibilizar os serviços em no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.**
2. O objeto do contrato será recebido:
2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, de forma sumária, no ato da prestação, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor da Lei 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
2.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
3. O prazo máximo para início da prestação dos serviços será de até 5 dias uteis após assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDER AS DESPESAS:

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, que poderão sofrer modificações em razão do ano financeiro:

06.01 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto 2.012 Manut. Das Atividades Culturais 3390.00.00- Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO:

Este contrato vincula-se ao **Edital de Pregão Eletrônico nº. 026/2025**, obrigando-se a CONTRATADA em manter durante a vigência deste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado, são responsabilidades/obrigações das partes:
1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
1.2. Executar os serviços em perfeitas condições conforme especificações, prazo e local constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, o objeto com avarias ou defeitos;
1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
1.6. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.
2. São obrigações da CONTRATANTE, além de outras previstas neste instrumento:
2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos;
2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos;
6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. Fornecer todos os equipamentos e materiais necessários a realização do objeto, exceto uniforme e EPI que são obrigação da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto, quando for o caso;
1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas, quando for o caso;
1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
2.6. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 2 observarão as seguintes disposições:
2.6.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
2.6.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.
3. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/21 serão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver previsão de prestação de garantia em edital.
4. A extinção do contrato poderá ser:
4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
4.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
6.1. Devolução da garantia;
6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
6.3. Pagamento do custo da desmobilização.
7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
7.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
7.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
7.3. Execução da garantia contratual para:
7.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
7.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
7.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
7.3.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
7.3.5. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
8. Na hipótese do inciso II do item 7, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

CLÁUSULA NONA – DA NULIDADE DO CONTRATO

1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:
1.1. Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
1.2. Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
1.3. Motivação social e ambiental do contrato;
1.4. Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
1.5. Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
1.6. Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
1.7. Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
1.8. Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
1.9. Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
1.10. Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
1.11. Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.
1.12. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.
2. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei 14.133/21, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.
2.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
2.2. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.
2.3. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS:

1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
2. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que falhar ou fraudar na execução do serviço;
4. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que comportar-se de modo inidôneo;
5. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que cometer fraude fiscal;
6. Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
6.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
6.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
6.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;
6.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

6.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
6.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa;
6.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
7. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhada de as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
8. Também ficam sujeitas às penalidades, as empresas ou profissionais que:
8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
15 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, á autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos vencedores para a assinatura do contrato.
2. O contrato será formalizado, com observância dos artigos 89 a 95 da Lei 14.133/21, e será subscrito pela autoridade competente.

3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.
3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO:

Na eventualidade do município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
1.1. Unilateralmente pela Administração:
1.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
1.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/21;
1.2. Por acordo entre as partes:
1.2.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
1.2.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
1.2.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
1.2.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
2. Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
3. As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.
4. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/21.
5. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
7. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
8. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO:

1. Os preços praticados quanto ao valor do serviço de publicidade serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do orçamento estimado, podendo ser reajustado, caso necessário, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.
2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
3. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
3.1. à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
3.2. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.
4. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
5. A repactuação deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
6. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.
6.1. Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.
7. O reajuste será formalizado por apostilamento, de acordo com o art. 136 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

1. Será designada como gestor e responsável administrativo do contrato o responsável pela pasta da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto o Sra. Simone De Lima Sopczak, a qual compete por acompanhar, gerir e administrar a execução do contrato.
2. Será designada como responsável pela fiscalização da execução/fornecimento da entrega dos serviços/produtos objeto deste Edital, o (a) servidor (a) nomeada pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão, informando ao gestor às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

I - Acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato;

II - Atestar, em documento hábil, o fornecimento e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

III - Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

IV - Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

V - Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

VI - Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de

material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;
5. À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.
6. Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

a) Representar os interesses da empresa perante a Administração;
b) Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;
c) Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;
d) Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA –DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/21, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo), sendo que eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.
E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Major Vieira (SC),17 de junho de 2025

ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA:00391205978
Assinado de forma digital por ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA:00391205978
Dados: 2025.06.17 10:07:42 -03'00'

KOWALSKI PROMOCAO DE EVENTOS LTDA:34602689000146
Assinado de forma digital por KOWALSKI PROMOCAO DE EVENTOS LTDA:34602689000146
Dados: 2025.06.17 13:08:07 -03'00'

Prefeita Municipal
ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA
Contratante

KOWALSKI PROMOCAO DE EVENTOS EIRELI
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

FISCAL DO CONTRATO